



Parcela Individual Complementar (art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 366,99
(Trezentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos)	
TOTAL	R\$ 13.865,61
(Treze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima mencionada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 23 dias do mês de março de 2020.

Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

#### **PORTARIA Nº 539/2020**

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500014-52.2020.8.06.0030,

**RESOLVE** nomear LORENNNA VERAS BRITO, para o cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, da Vara Única da Comarca de Quiterianópolis, Unidade de Entrância Inicial.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 23 de Março de 2020.

Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

#### **PORTARIA Nº523/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500013-77.2020.8.06.0059,

**RESOLVE** **exonerar**, a pedido, ROSA MAGDA MARTINS QUEZADO, Analista Judiciária, matrícula nº 8344, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, com lotação na Vara Única da Comarca de Caririçu e **nomeação** de ETHIENE DOS SANTOS XAVIER, para o referido cargo.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 23 de Março de 2020.

Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

#### **PORTARIA Nº 519/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,